

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Considerações prévias

O documento que aqui se apresenta tem o objectivo de apresentar uma análise das contas do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, numa óptica de tesouraria, não estando, por conseguinte, aqui considerados todos os custos, designadamente os custos não desembolsáveis, como é o caso das amortizações do imobilizado e dos ajustamentos do activo e ainda os acréscimos e diferimentos de outros custos e proveitos.

Esta análise abrange, assim, as receitas e despesas correntes e despesas de capital e estão em consonância com as actividades desenvolvidas. A análise dos custos, proveitos e resultados foi efectuada em capítulo próprio, que antecede.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo do que foi a execução orçamental, em grandes rubricas.

Execução Orçamental 2007 - Síntese

Descrição	Orçamento Anual	Realizado	Valor	
			Desvio	%
Receitas totais	3.496.490,91	3.637.765,69	141.274,78	4,04%
Despesas Correntes Totais	3.152.761,30	3.067.662,46	-85.098,84	-2,70%
Excedente Gerado	343.729,61	570.103,23	226.373,62	65,86%
Despesas de Investimento	130.900,80	83.365,77	-47.535,03	-36,31%
Saldo Orçamental Final	212.828,81	486.737,46	273.908,65	128,70%

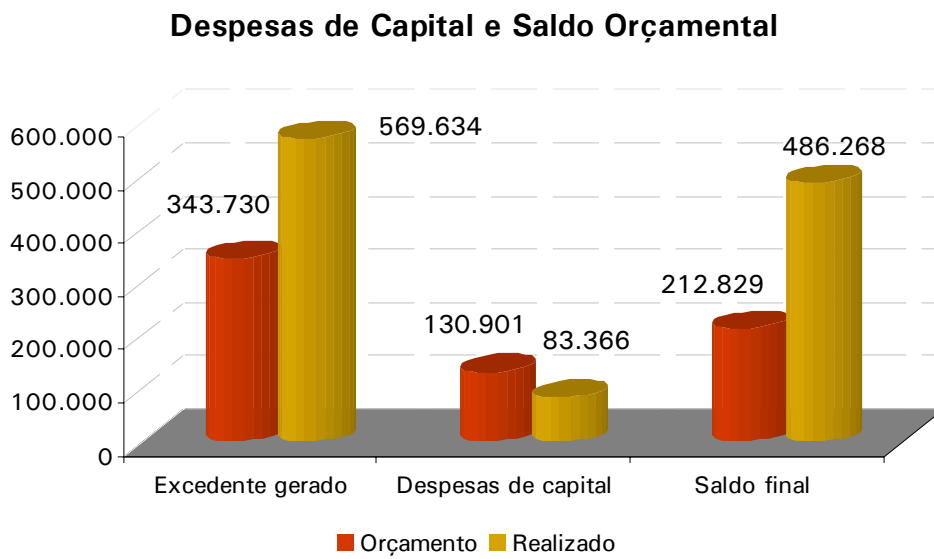
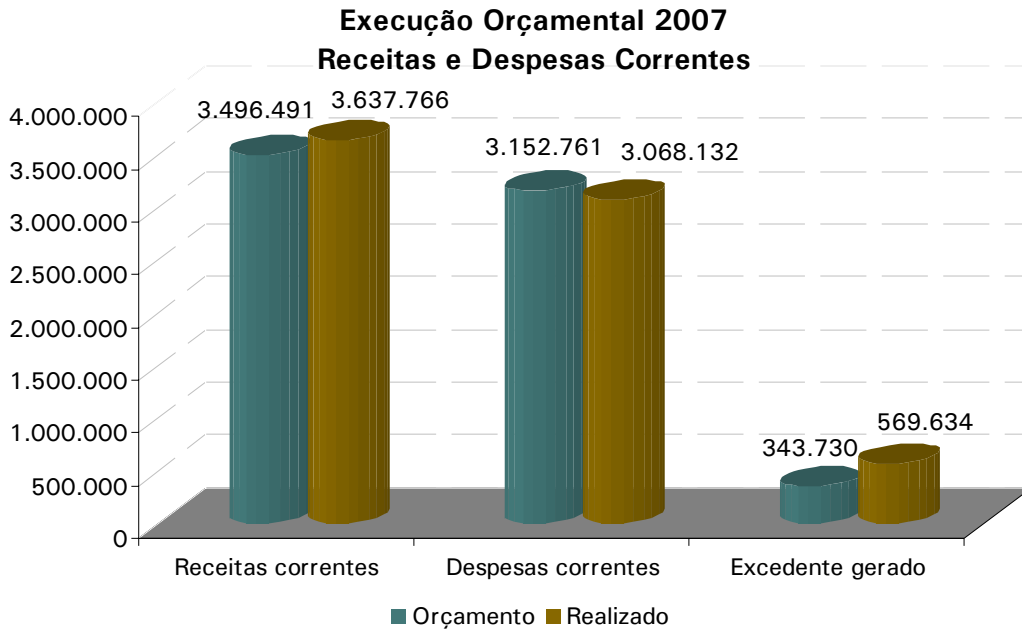
Da análise deste quadro, desde logo, e sem ir ao detalhe, se pode concluir do bom desempenho da execução financeira do CDL durante o ano de 2007. Com efeito, os desvios são favoráveis em todas as rubricas: cerca de 4% nas receitas, 2,7% nas despesas correntes e 36,3% nas despesas de capital.

A combinação destes desvios favoráveis, determinou um saldo final da execução favorável de cerca de 480 000,00 euros, o que corresponde a 128,7%.

Este resultado é consequência, fundamentalmente, da adopção de todo um conjunto de medidas de racionalização dos gastos correntes, que têm sido levadas a cabo.

Nos gráficos seguintes ilustra-se esse desempenho:

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receitas correntes

Descrição	Orçamento anual	Realizado	Desvio		Peso
			Valor	%	
Quotizações Estatutárias	2.030.823,63	2.007.374,22	-23.449,41	-1,15%	55,18%
Taxas de Inscrição de Advogados	240.000,00	260.000,00	20.000,00	8,33%	7,15%
Taxas de Inscrição de Advogados Estagiários	360.000,00	516.866,68	156.866,68	43,57%	14,21%
Receitas do Centro de Estágio	75.300,00	156.865,00	81.565,00	108,32%	4,31%
Formação Contínua	97.600,00	91.731,62	-5.868,38	-6,01%	2,52%
Subsídios do Conselho Geral	427.500,00	439.726,00	12.226,00	2,86%	12,09%
Recuperação de encargos	211.767,28	51.709,62	-160.057,66	-75,58%	1,42%
Restantes receitas	53.500,00	113.492,55	59.992,55	112,14%	3,12%
Receitas totais	3.496.490,91	3.637.765,69	141.274,78	4,04%	100,00%

Como se pode verificar pela leitura do mapa que precede, todas as rubricas com peso relevante no orçamento tiveram um desvio favorável. As excepções vão para as quotizações estatutárias e para as receitas da formação contínua.

No primeiro caso, cujo desvio se apresenta desfavorável em 1,5%, não pode ser considerado relevante em termos relativos, nem em termos absolutos – 23 449,41 €. Por outro lado, este desvio é facilmente explicável, na medida em que foram apenas recebidos 11 meses de quotizações, por atraso na respectiva remessa por parte do Conselho Geral para o CDL.

No segundo caso, o desvio resulta de uma menor frequência, logo, menor actividade da formação. A análise da formação contínua é apresentada em capítulo próprio, para o qual se remete. Ao desvio desfavorável nesta rubrica de receitas, corresponde também um desvio favorável nas despesas correspondentes, embora em proporções diferentes, conforme se relata em capítulo próprio dedicado à análise da formação contínua.

O desvio desfavorável na rubrica “recuperação de encargos” tem origem no não recebimento do Ministério da Justiça das quantias incorridas pelo CDL no âmbito do protocolo “Patronos Formadores” e que ascendem a 211 767,28 euros.

Com enquadramento nesta rubrica o CDL apenas foi ressarcido do montante de 51 709,62 euros, respeitante aos custos com o CFO imputados aos restantes Conselhos Distritais, através do Conselho Geral. Actualmente, este custo,

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

respeitante á plataforma da “PT” é debitado ao Conselho Geral que procede ao pagamento e o imputa aos Conselhos Distritais, na proporção dos advogados estagiários inscritos.

Se expurgarmos do orçamento o montante que era expectável recebermos do MJ, relativamente ao referido protocolo “Patronos Formadores”, o desvio nas receitas fixar-se-ia em 10,75% favoráveis, em vez dos cerca de 4%.

Finalmente, ao nível das receitas, resta fazer referência ao não recebimento do MJ, tal como no ano anterior, de qualquer verba compensatória dos “sobrecustos” incorridos com o Serviço do Apoio Judiciário que, aliás, e à cautela também não foi orçamentado. No entanto, o valor dos “sobrecustos” imputável ao ano de 2007 é de 290 322,27 euros, a que adiante se fará referência.

Despesas correntes e despesas de investimento

Descrição	Orçamento anual	Realizado	Desvio		Peso
			Valor	%	
Despesas com Pessoal					
Remunerações	1.239.983,82	1.200.536,66	-39.447,16	-3,18%	38,10%
Encargos sociais	230.273,85	222.298,23	-7.975,62	-3,46%	7,05%
Seguro acidentes trabalho	13.709,48	11.371,40	-2.338,08	-17,05%	0,36%
Seguro saúde (grupo)	13.600,00	14.138,54	538,54	3,96%	0,45%
Complementos de reforma	22.512,00	18.312,00	-4.200,00	-18,66%	0,58%
Outras despesas com pessoal	33.369,21	9.978,62	-23.390,59	-70,10%	0,32%
Total das despesas com pessoal	1.553.448,35	1.476.635,45	-76.812,90	-4,94%	46,86%
Honorários	436.864,79	440.585,47	3.720,68	0,85%	13,98%
Trabalhos especializados	76.639,76	107.476,96	30.837,20	40,24%	3,41%
Rendas e alugueres	213.750,00	199.525,04	-14.224,96	-6,65%	6,33%
Comunicação	120.500,00	103.996,29	-16.503,71	-13,70%	3,30%
Conservação e reparação	22.000,00	25.423,96	3.423,96	15,56%	0,81%
Limpeza, higiene e conforto	55.000,00	46.513,00	-8.487,00	-15,43%	1,48%
Outras despesas correntes	224.558,40	244.066,29	19.507,89	8,69%	7,75%
Gastos com Delegações	450.000,00	423.440,00	-26.560,00	-5,90%	13,44%
Total de despesas correntes	3.152.761,30	3.067.662,46	-85.098,84	-2,70%	97,35%
Despesas de investimento	130.900,80	83.365,77	-47.535,03	-36,31%	2,65%
Despesas totais	3.283.662,10	3.151.028,23	-132.633,87	-4,04%	100,00%

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Neste mapa, em que estão reflectidas as rubricas de maior peso no orçamento, bem como no anexo com o desenvolvimento das rubricas de menor relevância individual, podemos constatar que, na sua generalidade, os desvios apurados são favoráveis. O desvio desfavorável em algumas das rubricas não foi de dimensão tal que pusesse, eventualmente, em causa o desempenho da execução orçamental ao nível das despesas.

Tanto assim é, que o desvio global das despesas totais foi favorável em cerca de 4%, assim apurado:

- desvio favorável de 4,91% nas despesas com pessoal
- desvio favorável de 0,82% nos fornecimentos e serviços externos
- desvio favorável de 79% nas outras despesas operacionais

Quanto às rubricas, cujo desvio se apresenta desfavorável e que carecem de justificação, destacam-se as seguintes:

- Trabalhos especializados – desvio desfavorável de 40,24%
- Conservação e reparação – desvio desfavorável de 15,56%
- Artigos para ofertas – desvio desfavorável de 152,33%
- Publicações – desvio desfavorável de 113,78%
- Águas, cafés e outros – desvio desfavorável de 55,78%

Antes de mais, convém destacar que o valor absoluto total dos desvios a que se reportam estas rubricas é de cerca de 74 000,00 euros, representando, por conseguinte, menos de 2,5% das despesas totais realizadas.

A rubrica de “trabalhos especializados” abrange, entre outros, todos os serviços de tipografia, representando 23%, serviços audiovisuais, com 7%, serviços de formação, com 14%, plataforma para o CFO, com 22%, entre outros, conforme se demonstra no Anexo 5

As quantias orçamentadas mostraram-se insuficientes.

O mesmo ocorreu com a rubrica “conservação e reparação” que inclui pequenas reparações nas instalações, representando 34% do total da rubrica, sendo os restantes 66% relativos à manutenção e contratos de assistência, repartidos entre CDL e Delegações numa relação de 70% / 30% - cfr. Anexo 6.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Da rubrica “artigos para oferta” fazem parte ofertas de artigos de existências próprias, no montante de 7 409,02 e ainda as medalhas adquiridas para oferta no âmbito do evento “Dia do Advogado” e “Homenagem dos 35 anos”, no montante de 27 310,21 euros, justificando esta última aquisição o desvio verificado, por não ter sido orçamentado este gasto.

Relativamente às publicações, cerca de 44% respeita a publicações obrigatórias, fazendo parte do orçamento do Conselho de Deontologia – 11 659,56 euros. O restante relaciona-se com a divulgação de cursos no âmbito da formação contínua e do CFO, com cerca de 27% e divulgação do evento “Semana Advogar pela Cidadania”, com 24%. O desvio resulta da divulgação deste evento, a qual não foi orçamentada, conforme o se relata no Anexo 6.

No que respeita à rubrica “águas, cafés e outros” o desvio tem origem na orçamentação insuficiente.

Contas das Delegações

Embora ainda com algum atraso por parte de uma ou outra das Delegações, nas demonstrações deste ano já foi possível integrar as contas de todas elas.

Apenas a Delegação de Alenquer não apresentou contas por, de acordo com a informação verbal prestada, não ter realizado quaisquer despesas.

Relativamente à boa ordem das contas, ainda persistem algumas situações anómalas residuais que sempre se foram corrigindo na medida em que as mesmas foram sendo identificadas.

Apenas relativamente à Delegação do Barreiro ficaram alguns movimentos por esclarecer, o que se está a tentar resolver, sendo certo que as correcções que venham eventualmente a ter lugar, apenas serão reflectidas nas contas do próximo ano.

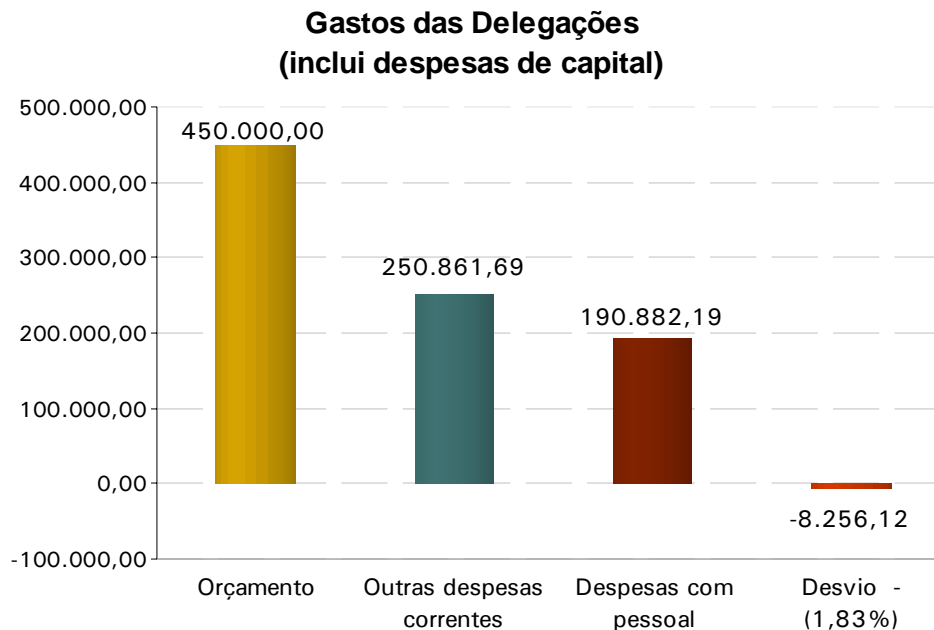
As contas bancárias de todas as Delegações já estão integralmente reflectidas nas contas do CDL, deixando de figurar os saldos correspondentes aos meios monetários em poder das Delegações em contas inapropriadas.

No que diz respeito às Delegações junto das quais funciona o Gabinete de Consulta Jurídica, apenas a Delegação de Cascais está a observar os procedimentos que lhes foram comunicados. No corrente ano deverá ser

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

promovida nova sessão de esclarecimento, eventualmente enquadrada numa futura acção de formação profissional, a fim de sensibilizar os responsáveis pelas contas ou pela sua preparação, sobre as razões que determinam a adopção de tais procedimentos.

Quanto à execução orçamental, no cômputo geral, o desvio verificado é favorável em 1,83 %, conforme se ilustra:

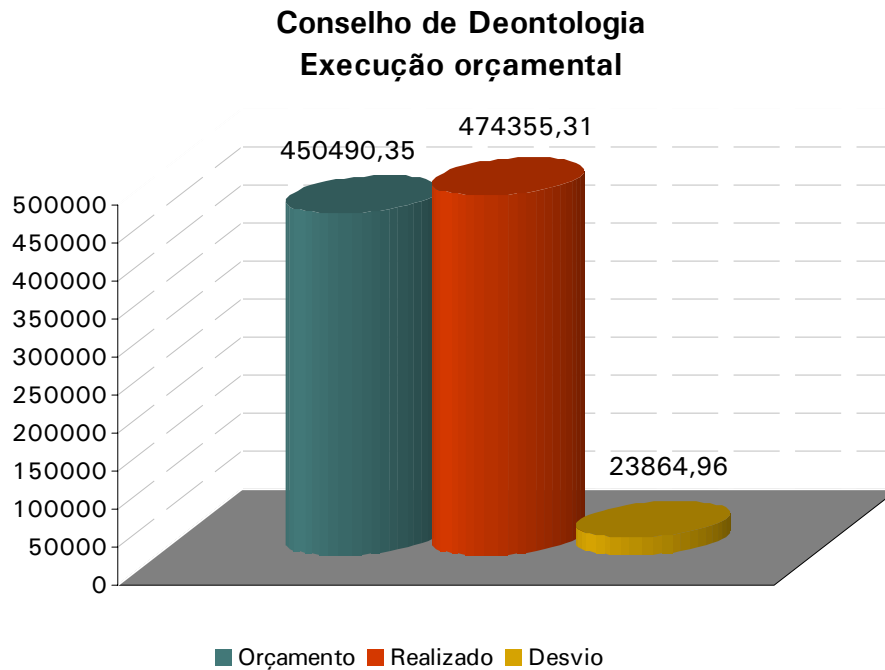


De realçar que a uma maior disciplina na apresentação das contas correspondeu maior rigor das mesmas.

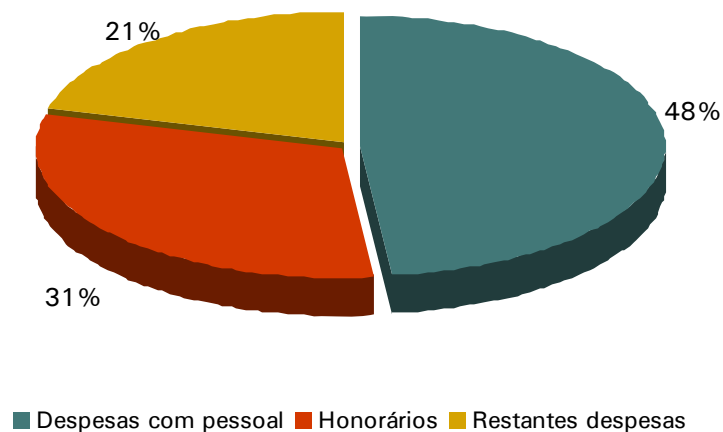
A demonstração da execução orçamental do Conselho de Deontologia vai apresentada em anexo.

Representando 15% do orçamento do Conselho Distrital, o montante total de despesas imputadas foi de 474 355,31 euros, dos quais, despesas com pessoal totalizam 229 515,89 euros e 244 839,42 euros respeitanto a fornecimentos e serviços externos. Destes, 60% respeitam a honorários pagos a auxiliares de instrução. Nos gráficos seguintes ilustram-se o desvio e a estrutura dos seus gastos:

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



Estrutura das despesas do Conselho de Deontologia



No quadro seguinte resumem-se as despesas imputadas a cada uma das áreas funcionais, reflectindo a última coluna o peso das despesas com pessoal nas despesas totais da área respectiva:

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

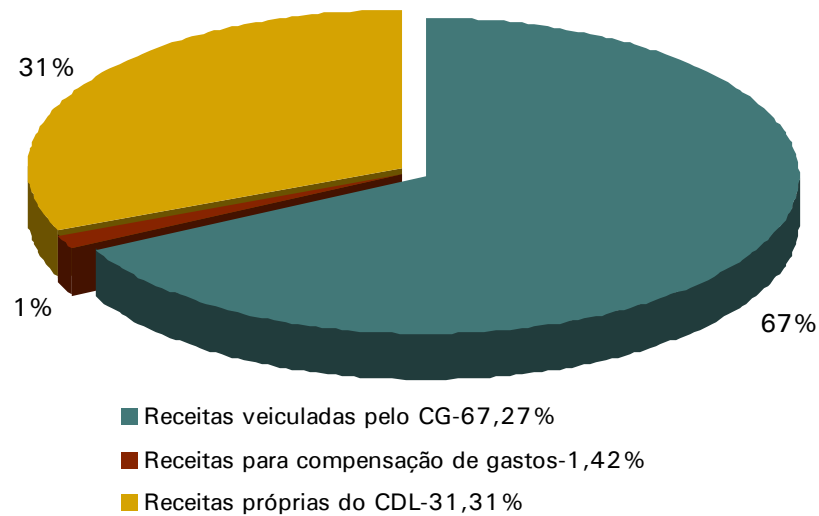
Estrutura das despesas por áreas funcionais

Áreas Funcionais	TOTAL	Peso na estrutura	Despesas com pessoal	Peso na área
Apoio Judiciário	410.432,55	13,02%	284.421,71	69,30%
Centro de Documentação	5.193,72	0,16%	3.949,74	76,05%
Centro de Estágio	476.619,59	15,12%	236.690,40	49,66%
Centro de Estudos	235.008,01	7,46%	68.670,61	29,22%
Centro de Mediação e Arbitragem	15.682,77	0,50%	10.481,95	66,84%
Conselho de Deontologia	474.355,31	15,05%	229.515,89	48,38%
Eventos	62.748,94	1,99%		0,00%
Gabinete de Consulta Jurídica - CDL	30.111,93	0,96%	25.962,64	86,22%
Gabinete de Consulta Jurídica - Delegações	12.901,23	0,41%	5.234,91	40,58%
Informática e Novas Tecnologias	124.709,27	3,96%	101.249,31	81,19%
Logística e Serviço Externo	144.994,31	4,60%	119.137,96	82,17%
Ponto de Acesso ao Direito	5.043,43	0,16%	3.170,38	62,86%
Procuradoria Ilícita	68.188,44	2,16%	54.508,28	79,94%
Secretariado e Serviço de Apoio à Presidência	241.472,41	7,66%	185.096,37	76,65%
Serviços Financeiros e Contabilidade	159.636,85	5,07%	117.892,94	73,85%
Delegações	423.440,00	13,44%	190.882,19	45,08%
Investimentos	83.365,77	2,65%		0,00%
Custos não imputados	177.592,75	5,64%	30.652,36	17,26%
TOTAL	3.151.497,28	100,00%	1.667.517,64	52,91%

Nos gráficos seguintes, ilustra-se a estrutura que apresentam quer as despesas, quer as receitas do Conselho Distrital de Lisboa, a qual se mantém sem alterações significativas.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Estrutura das Receitas



Estrutura das Despesas Totais

